PIM AMAZÔNIA

POLÍTICA • INDÚSTRIA • MEIO AMBIENTE

ISSN 2359-3369 R$ 25

ANO XVI • ED. 200 • NOVEMBRO 2026

WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR

BALPONTE

EDIÇÃO ESPECIAL N.200



UM MAPA DA AMAZÔNIA

DOS ELETRÔNICOS NO AMAZONAS À MINERAÇÃO NO PARÁ E À AGROINDÚSTRIA EM MATO GROSSO E RORAIMA, LEVANTAMENTO REVELA AS DIFERENTES FORÇAS INDUSTRIAIS NA REGIÃO

200 EDIÇÕES

Desde 2009, revista acompanha a economia e agora amplia sua circulação para além da Amazônia

2027: O QUE ESTÁ EM JOGO

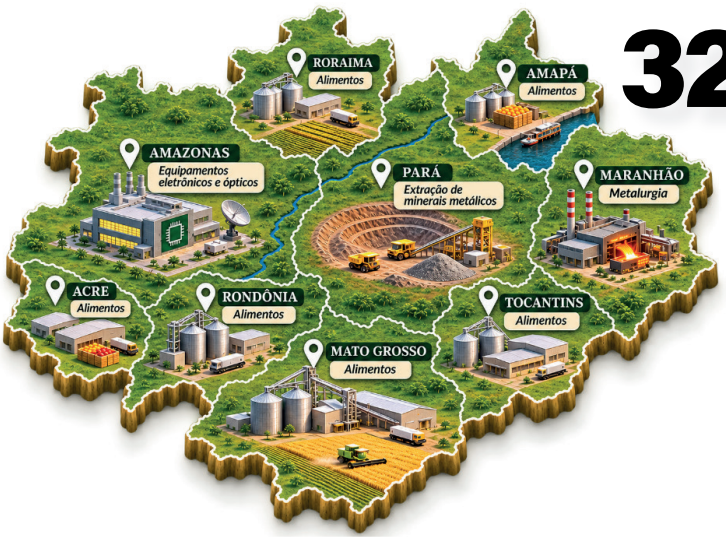
Reforma tributária, logística e inovação estão entre os desafios para a competitividade da indústria

INVESTIMENTO BILIONÁRIO

Como fabricante de motos vai ampliar capacidade de produção para 2,3 milhões de unidades

SUMÁRIO

ANO XVI | EDIÇÃO 200 | NOVEMBRO DE 2026



32

A FORÇA INDUSTRIAL DE CADA ESTADO

Levantamento mostra as diferenças entre as economias industriais da Amazônia Legal



18

DE MANAUS PARA A AMAZÔNIA

Criada em 2009, a PIM Amazônia chega à edição 200 com uma trajetória de expansão da cobertura econômica, avaliada por empresários, economistas e seu fundador

SEÇÕES

EDITORIAL 4
INDICADORES 8
CONEXÃO AMAZÔNIA 12
DICA DE LEITURA 52



24

O PRÓXIMO TESTE DA INDÚSTRIA

Após 17 anos de transformações, especialistas analisam os desafios de 2027, com a transição tributária, os custos logísticos e a necessidade de inovação



HONDA PREPARA NOVAS UNIDADES

Fabricante prevê ampliar capacidade anual para 2,3 milhões de motocicletas e criação de 2 mil empregos



GESTÃO PARA ALÉM DO LÍDER

Em seu primeiro livro, Olegário Borges Junior defende a formação de equipes autônomas, capazes de manter os resultados sem depender de uma figura central



O QUE MUDA NO CAIXA DAS EMPRESAS

Na coluna de Wilson Périco, o tributarista Gustavo Vaz Faviero explica como as novas regras de créditos, pagamentos e contratos podem afetar as finanças das empresas.

EXPEDIENTE



Ano XVI | Edição 200 | Dezembro de 2026
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR
POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
Juarez Baldoino C. Filho

EDITOR EXECUTIVO
Jhemisson Marinho - MTB 1173 / AM

DESIGN EDITORIAL
Suellen Fonseca

REPORTAGEM
Jhemisson Marinho
Maria Amâncio
Thalita Eduarda

FOTOGRAFIA
Acervo Pessoal, Divulgação

FALE COM A REDAÇÃO:
REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR
CONTATO: (92) 98182-0518

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR
MANAUS/AM
CONTATO: (92) 98182-0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES
CONTATO: (92) 98182-0518
ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados não correspondem necessariamente ao posicionamento da PIM AMAZÔNIA.

BALPONTE

A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72

ANER
www.aner.org.br

A Balponte é membro da Associação Nacional de Editores de Revista

EDITORIAL

A indústria da Amazônia Legal é feita de realidades bem diferentes. O Amazonas se destaca na produção de eletrônicos e motocicletas, o Pará na mineração, e Mato Grosso no processamento de alimentos e na expansão dos biocombustíveis. Essa diversidade é o tema da reportagem de capa da edição 200 da PIM Amazônia.

O levantamento usa a Pesquisa Industrial Anual, do IBGE, e mostra como a atividade industrial se distribui pelos nove estados da região. O Amazonas lidera em receita líquida de vendas das unidades locais industriais. Em seis estados, a fabricação de alimentos é a principal atividade entre as que têm receita divulgada.

Os números ajudam a entender por que o desenvolvimento industrial da Amazônia depende de políticas e investimentos ajustados a cada estado. Algumas economias buscam ampliar a transformação de matérias-primas; outras precisam fortalecer cadeias produtivas que já estão consolidadas.

Esse quadro pesa ainda mais diante dos desafios de 2027. A reforma tributária vai exigir adaptação das empresas, e a logística e a infraestrutura seguirão entre os fatores decisivos para a competitividade. Especialistas e representantes do setor produtivo tratam desses temas nesta edição.

Há também investimentos que mostram o tamanho das oportunidades. A Honda anunciou R$ 3,3 bilhões adicionais para ampliar a fábrica de Manaus, com previsão de criar 2 mil empregos e chegar, em 2029, à capacidade de produzir 2,3 milhões de motocicletas por ano.

É nesse cenário de transformações que a PIM Amazônia chega à edição 200. Desde 2009, acompanhamos as mudanças na indústria e em outras atividades econômicas da região, e hoje nossa cobertura vai além do Amazonas e do Brasil. Mais do que registrar acontecimentos, queremos oferecer informação que ajude a entender o desempenho das empresas, as decisões econômicas e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional.

Boa leitura!

Acesse aqui a edição online

OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem vindo e não ficará sem resposta.

Estamos aguardando seus comentários.

Participe!



WWW.**PIMAMAZONIA.BALPONTE.**COM.BR

@pimamazonia **redacao**@pimamazonia.com.br

ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS

www.aner.org.br

publicisredlion





Achei o vinho correto e equilibrado, taninos macios, álcool na medida certa, final médio a longo e retrogosto agradável.

Acho que vinho branco cai muito bem com peixe.

É nacional?

Êta vinho bão!

Sem colarinho, por favor.

LER REVISTA COLOCA A SUA OPINIÃO LÁ EM CIMA.

Ler uma revista é se aprofundar no seu assunto preferido de forma descontraída. A cada página, um universo de informações dos mais diversos temas. E você ainda ganha mais bagagem para formar uma opinião forte e consistente.

REVISTAS

ANER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS

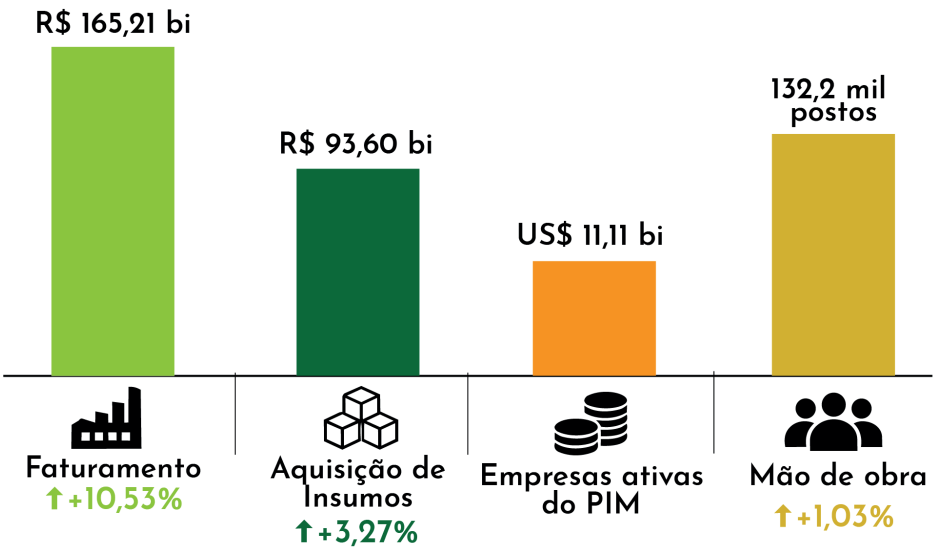
QUEM LÊ REVISTA TEM OPINIÃO.

O POLO INDUSTRIAL DE MANAUS EM NÚMEROS

Retrato do Polo Industrial de Manaus | Janeiro a agosto de 2026

Indicadores do PIM

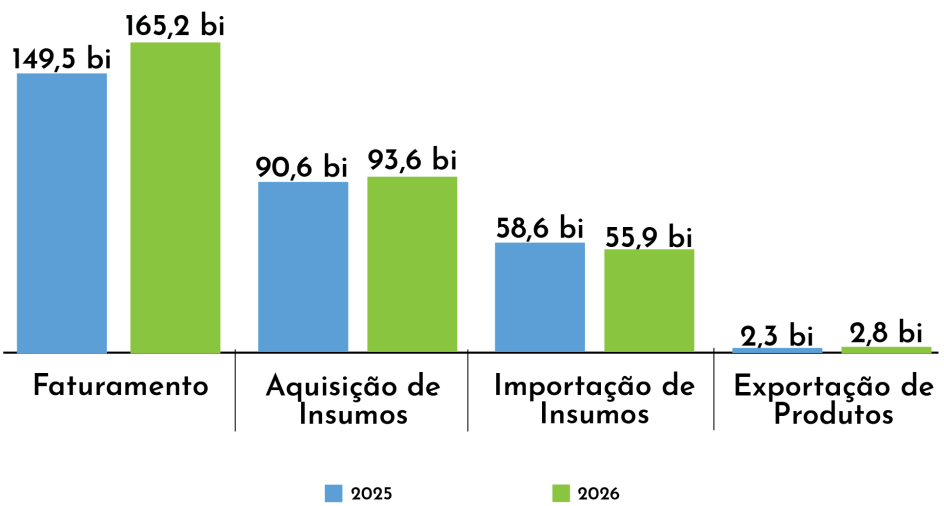
Janeiro a agosto de 2025. Valores acumulados e média mensal



Fonte: Suframa

Desempenho dos indicadores do PIM

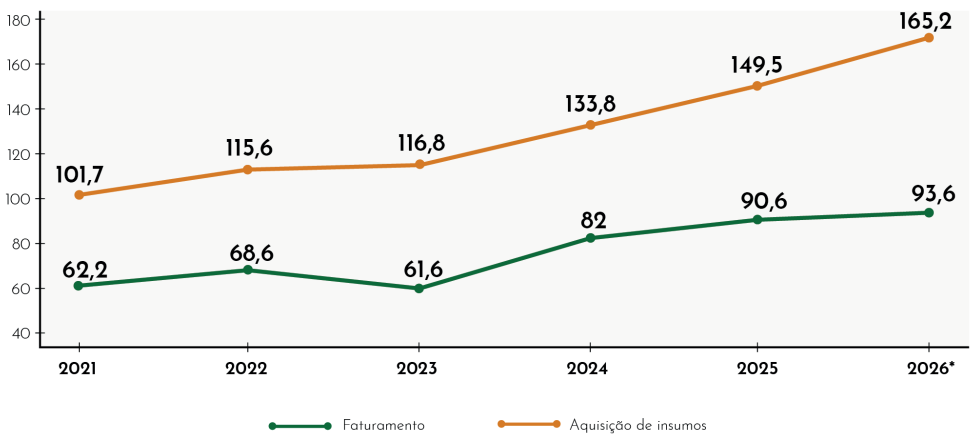
Janeiro a agosto de 2025. Valores em R$ bilhões



Fonte: Suframa

Faturamento x Aquisação de insumos

Resultados de janeiro a agosto, em R$ bilhões, mostram crescimento contínuo desde 2021



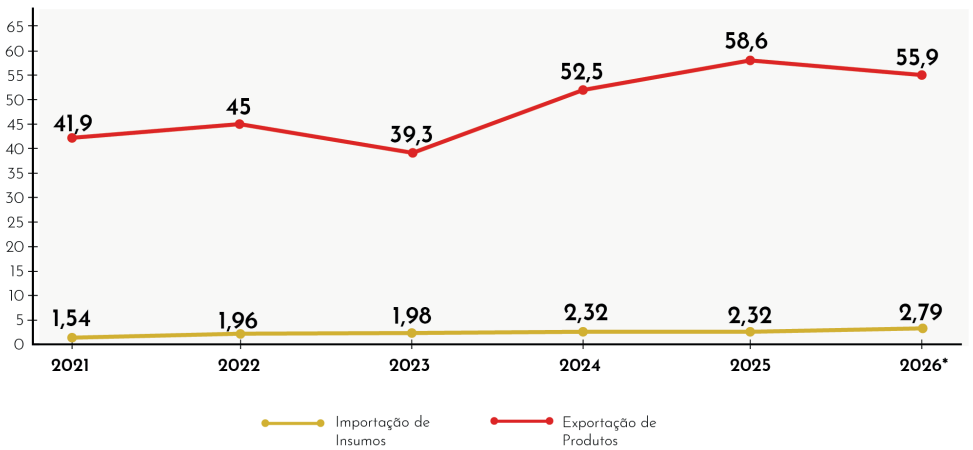
+62,4%
(2021 - 2026)

+50,5%
(2021 - 2026)

Fonte: Suframa

Comércio exterior do Polo Industrial de Manaus

Importação de insumos e expostação de produtos de janeiro a agosto de 2026 em R$ bilhões



Exportação de produtos:
R$ 2,79 bi
(+20,05%)

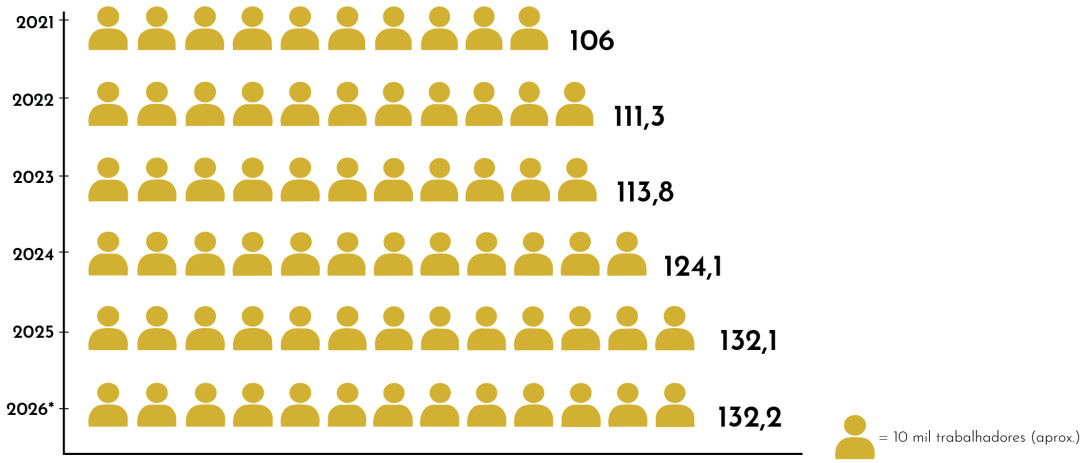
Exportações equivalem a **1,7%** do faturamento do período.

Importação de Insumos:
R$ 55,9 bi
(-4,65%)

Fonte: Suframa

Mão de Obra Ocupada

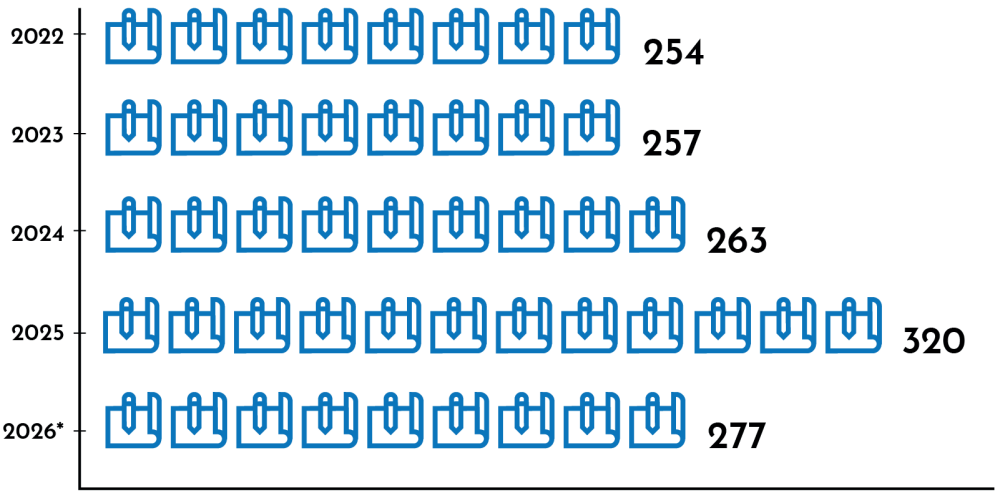
Média mensal total dos trabalhadores do PIM em mil trabalhadores



Fonte: Suframa

Projetos Aprovados no CODAM

2022 a 2026*. Até a reunião 322, de outubro de 2026



Fonte: Suframa

CÂMARA DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AMAZÔNIA E PAÍSES CARIBENHOS

Conexões que geram negócios, investimentos e desenvolvimento

A CCDAC aproxima empresas, governos e instituições da Amazônia e dos países caribenhos, criando oportunidades de comércio, parcerias e projetos conjuntos em setores estratégicos.

- Aproxima mercados
- Atrai investimentos
- Fortalece o comércio exterior
- Impulsiona projetos sustentáveis
- Integra empresas, governos e instituições

Conheça a CCDAC →



Noruega anuncia R$ 350 milhões para o Fundo Amazônia

A Noruega anunciou uma nova doação de R$ 350 milhões ao Fundo Amazônia durante a COP31, na Turquia. O repasse está previsto até o fim de 2026 e elevará o total de contribuições ao fundo para R$ 5,5 bilhões, dos quais R$ 4,1 bilhões provenientes do país europeu. Principal financiadora da iniciativa, a Noruega atribuiu o novo aporte aos resultados brasileiros no combate ao desmatamento, que recuou 41,8% entre agosto de 2025 e julho de 2026. O fundo é administrado pelo BNDES e financia ações de conservação e desenvolvimento sustentável.

Acre lidera expansão de empresas do agronegócio no Brasil

O Acre registrou crescimento de 84% no número de empresas ligadas ao agronegócio, passando de 5.445 para 10.020, a maior expansão percentual do país. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o estado também alcançou a terceira posição nacional no crescimento de produtores rurais, com alta de 17,3%, chegando a 36.144. O avanço acompanha a expansão do agronegócio na Região Norte, com destaque também para Amapá e Roraima. Entre as cadeias produtivas do Acre estão café, cacau, mel e mandioca.





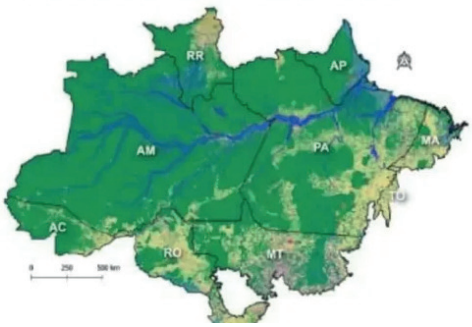
Palmas se destaca nas exportações de quatro produtos

Palmas, capital do Tocantins, ficou entre os 20 municípios brasileiros com maior participação nas exportações de quatro segmentos entre janeiro e setembro de 2026. Segundo dados do MDIC, a cidade alcançou a sexta posição nacional nas vendas externas de óleos de coco, palmiste e babaçu, com US$ 258,9 mil. Também se destacou nas exportações de armações de óculos (8º lugar), minérios de manganês (17º) e cestaria (19º). No Tocantins, Palmas lidera as exportações de 19 produtos, que somam cerca de US$ 461 mil. Os dados consideram o domicílio fiscal das empresas.

Associação Comercial do Amazonas estuda escritório na China

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) autorizou o início de estudos para instalar uma representação institucional na China, com o objetivo de aproximar empresários amazonenses do mercado asiático. A abertura do escritório ainda depende de avaliação sobre custos e estrutura. Em reunião realizada em Manaus, a entidade também discutiu os impactos da reforma tributária sobre a Zona Franca, a necessidade de acompanhar a execução dos projetos aprovados pelo Codam e o planejamento antecipado da dragagem dos rios para 2027.





Amapá mantém 95% da vegetação nativa preservada

O Amapá mantém cerca de 95% de sua vegetação nativa, segundo levantamento do MapBiomas que analisou mudanças na cobertura da terra entre 1985 e 2025. As florestas ocupam 81,8% do território estadual, proporção que era de 82,2% há quatro décadas. O estado aparece ao lado do Amazonas entre os mais preservados do bioma amazônico, seguido por Roraima (92%) e Acre (84%). Em 2025, o desmatamento no Amapá recuou 45,7% em relação ao ano anterior. O governo estadual também trabalha na atualização do Código Socioambiental e na regularização do Cadastro Ambiental Rural.

Fiepa propõe pacto por empregos na Margem Equatorial

A Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) defende um pacto regional para ampliar os benefícios econômicos da exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial. A proposta inclui qualificação profissional pelo Senai, mapeamento de fornecedores e integração das cadeias produtivas locais. Segundo a entidade, a atividade pode acrescentar R$ 32 bilhões à economia regional. A instalação de uma base logística semelhante à de Macaé (RJ) poderia gerar 4 mil empregos. A Fiepa também projeta demanda de até 8,5 mil novas moradias em cinco anos.





Bioeconomia já representa 34% do PIB da Amazônia Legal

A participação da bioeconomia no PIB da Amazônia Legal passou de 28% para 34% entre 1995 e 2023, com crescimento médio anual de 2,4%, segundo estudo apresentado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). O levantamento utiliza a metodologia das Contas Alfa, desenvolvida pela UFPA. Em 2021, o valor bruto da produção do setor alcançou R$ 14,9 bilhões, com valor adicionado de R$ 9,7 bilhões. Apesar do avanço, a produtividade monetária do trabalho recuou de R$ 100 mil para R$ 60 mil por trabalhador no período analisado.

Mato Grosso busca certificação para créditos de carbono

Mato Grosso busca certificação internacional para créditos de carbono gerados pela redução do desmatamento no estado. Durante a COP31, na Turquia, o governo pretende negociar com investidores da Coalizão Life, que reúne países como Reino Unido e Noruega. Paralelamente, tramita na Assembleia Legislativa um projeto para criar a Companhia Mato-grossense de Ativos Ambientais, responsável por estruturar e comercializar créditos de carbono e biodiversidade. O estado tem como meta zerar as emissões líquidas de carbono até 2035.





Robô humanoide feito em Manaus será lançado em 2027

O robô humanoide AMZ S1, desenvolvido pela empresa amazonense AMZ AI Robotics e fabricado no Polo Industrial de Manaus, terá lançamento nacional no segundo trimestre de 2027. Apresentado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o equipamento será utilizado em pesquisas de robótica, automação e inteligência artificial. A parceria entre a empresa e a universidade, formalizada em outubro de 2026, também prevê a implantação do Laboratório Avançus, voltado ao desenvolvimento de robôs humanoides, quadrúpedes e soluções tecnológicas para diferentes setores.

El Niño pode causar perdas de R$ 202 milhões no Acre

O Acre projeta perdas de R$ 202 milhões na agropecuária devido aos efeitos do El Niño, segundo estudo da Secretaria de Agricultura (Seagri). A estimativa representa 4,1% do Valor Bruto da Produção previsto para 2026, com prejuízos de R$ 115 milhões nas lavouras e R$ 87 milhões na pecuária. Cerca de 15,9 mil famílias devem ser afetadas, com redução média de 7,9% na produção agrícola. Milho e feijão podem registrar queda de 15%, enquanto o café deve recuar 10%. Os impactos mais intensos são esperados nas colheitas de 2027.





Manaus mira turistas da Ásia e Oriente Médio em 2027

Manaus planeja ampliar sua presença nos mercados turísticos da Ásia e do Oriente Médio a partir de 2027. A estratégia foi apresentada pela ManausCult durante a feira internacional WTM London 2026 e prevê parcerias com operadores estrangeiros, estudos sobre o perfil dos visitantes e qualificação dos serviços turísticos. A prefeitura pretende aumentar o fluxo de turistas, prolongar o tempo de permanência na cidade e gerar oportunidades para hotéis, restaurantes, guias e outros negócios ligados ao setor.

Mato Grosso busca exportar feijões para a China

Mato Grosso busca abrir o mercado chinês para exportações de feijão-preto e mungo, ampliando a diversificação de sua pauta comercial. A iniciativa foi apresentada durante a China International Import Expo (CIIE) 2026, em Xangai, com uma missão formada por 47 empresas e sete entidades. O estado já avançou nas vendas de outros produtos agrícolas ao país asiático: o gergelim obteve autorização de entrada em 2024, com primeiros embarques em 2025, enquanto o sorgo começou a ser exportado em 2026. A agenda também inclui atração de investimentos e promoção da carne bovina.



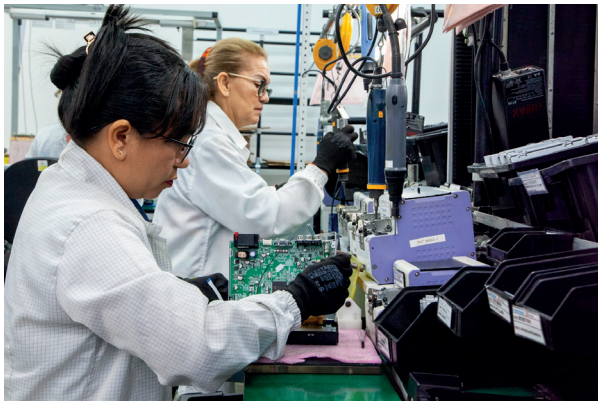


Indústrias do Amazonas terão de comprovar origem da lenha

Indústrias do Amazonas que utilizam madeira e resíduos vegetais como fonte de energia terão de comprovar a origem e os volumes consumidos desses materiais. A exigência do Ipaam será aplicada a novos licenciamentos ambientais e à renovação de licenças existentes. Empresas de setores como alimentos e cerâmica deverão apresentar um Plano de Suprimento Florestal com dados sobre fornecedores, consumo e equipamentos utilizados. O uso de produtos florestais sem documentação obrigatória pode resultar em multas de R$ 300 por unidade de medida prevista na legislação.

Stoneridge investe R$ 30 milhões em fábrica de Manaus

A Stoneridge Brasil, dona da marca Pósitron, vai investir R$ 30 milhões na ampliação da capacidade produtiva de sua fábrica em Manaus. O aporte ocorre após a empresa fechar contrato para fornecer mais de 500 mil módulos eletrônicos de informação e entretenimento a uma grande montadora instalada no Brasil. O acordo prevê entregas ao longo de cinco anos, com produção média superior a 100 mil unidades anuais. A fabricante também negocia novos contratos com montadoras interessadas em nacionalizar componentes eletrônicos.





Exploração madeireira no Pará cresce 40% em um ano

O Pará registrou 60.664 hectares de exploração madeireira entre agosto de 2024 e julho de 2025, o maior volume em cinco anos, segundo o Imazon. A área explorada cresceu 40% em relação ao ciclo anterior. Do total, 68% ocorreram em áreas autorizadas, com avanço de 83% na exploração legal. Os outros 32%, equivalentes a 19.126 hectares, foram explorados ilegalmente, queda de 6%. Ipixuna do Pará, Rondon do Pará e Moju concentraram 37% da atividade ilegal no estado. Já Paragominas registrou redução de 70% na exploração irregular.

VOCÊ ACREDITA EM TUDO O QUE LÊ?

As pessoas estão confusas por receberem grande quantidade de notícias falsas.
Sejam impressas, online, no celular ou em vídeo, as informações divulgadas pelas revistas são reais e baseadas em pesquisa e investigação jornalística. Leitores de revistas são mais envolvidos e propensos a recomendar suas matérias nas redes sociais.

ANER
www.aner.org.br

REVISTAS
Eu acredito!

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS
#REVISTAEUACREDITO | WWW.ANER.ORG.BR

PIM Amazônia chega à edição 200 com quase duas décadas de cobertura econômica

Representantes da indústria e do comércio e economistas avaliam o papel da revista no acompanhamento da economia regional

Por MARIA AMÂNCIO

Criada em 2009 para fazer a cobertura jornalística da indústria de Manaus, a Revista PIM Amazônia chega à 200ª edição com um acervo sobre a evolução da economia regional. Nesse período, registrou mudanças na atividade fabril, discussões sobre segurança jurídica e dificuldades enfrentadas por quem produz e empreende na Amazônia.

A publicação nasceu com foco na indústria e ampliou a cobertura para o comércio, os serviços e outras atividades econômicas da Região Norte. Ao longo das edições, reuniu indicadores e entrevistas com lideranças empresariais e especialistas, levando informações também a investidores, gestores públicos e leitores interessados na economia regional.

O desempenho das fábricas e as condições para manter a produção em Manaus estão entre os assuntos recorrentes da revista. No setor eletroeletrônico, a cobertura também ajuda a divulgar no mercado brasileiro o que é "Produzido no Polo Industrial de Manaus", segundo representantes da indústria.


PIM AMAZÔNIA
58

Para Jorge Nascimento, presidente-executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), o trabalho mostra a capacidade produtiva e a qualificação profissional da região, além das questões que afetam a atividade industrial.

"O mérito dessa cobertura está em relacionar o desempenho das empresas com as grandes questões da indústria. Falamos aqui pela Eletros, mas reconhecemos uma contribuição que alcança o conjunto dos setores instalados no Polo e ajuda a dar dimensão nacional ao que se produz em Manaus", afirma o presidente.

Segundo Jorge, a cobertura acompanhou discussões entre fabricantes, operadores logísticos e poder público sobre a reforma tributária e a atualização dos Processos Produtivos Básicos (PPBs). Também tratou das estiagens severas que dificultaram o escoamento da produção e exigiram medidas urgentes.

"A PIM Amazônia deu espaço a essas questões e às posições da Eletros. A edição 200 é uma conquista que merece o nosso reconhecimento. Para a Eletros, é importante valorizar a continuidade de um jornalismo dedicado à economia da Amazônia, atento às realizações da indústria e disposto a discutir os desafios que ela precisa enfrentar", disse.

A importância desse acompanhamento também é destacada pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Para o vice-presidente da entidade, o economista Wilson Périco, a continuidade da publicação permite observar a evolução do setor industrial e seus problemas ao longo do tempo.

"Vejo a revista como único veículo que divulga informações sobre o PIM e a região de forma continuada, o que nos permite acompanhar tanto a evolução, possibilidades quanto as dificuldades que sofremos. É um veículo de credibilidade, pois traz sempre posicionamentos de pessoas que militam nas áreas dos assuntos abordados. A revista é um registro da vida econômica do nosso estado com essas 200 edições", avalia Périco.

"A edição 200 é uma conquista que merece o nosso reconhecimento. Para a Eletros, é importante valorizar a continuidade de um jornalismo dedicado à economia da Amazônia, atento às realizações da indústria e disposto a discutir os desafios que ela precisa enfrentar".

JORGE NASCIMENTO
presidente-executivo da Eletros



Informação econômica e novas matrizes produtivas

No Amazonas, as particularidades tributárias da Zona Franca de Manaus e os custos logísticos exigem atenção à leitura dos indicadores econômicos. Marcio Paixão Ribeiro, presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas e Roraima (Corecon-AM/RR), considera que o jornalismo especializado ajuda a interpretar dados de diferentes fontes. Para ele, isso reduz incertezas, aumenta a transparência e favorece o ambiente de negócios.



"Vejo a revista como único veículo que divulga informações sobre o PIM e a região de forma continuada, o que nos permite acompanhar tanto a evolução, possibilidades quanto as dificuldades que sofremos".

WILSON PÉRICO
vice-presidente da Fieam

"A Revista PIM Amazônia cumpre uma função que ultrapassa a atividade jornalística: contribui para conectar empresas, investidores, instituições públicas, pesquisadores e a sociedade, transformando dados e acontecimentos econômicos em conhecimento estratégico. Uma economia mais bem informada reúne melhores condições para planejar, investir, inovar e crescer de maneira sustentável", comenta Marcio.

Wilson Périco observa que as estatísticas oficiais nem sempre têm o mesmo período de referência ou abrangência. Ele cita as diferenças entre indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ligados à atividade industrial, e os da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), que também contemplam comércio e serviços.

"Muitas vezes, por conta da defasagem entre os indicadores, as informações se conflitam. A revista tem um papel relevante ao passo que faz uma filtragem desses dados e tem um olhar independente para abordar esses resultados", explica Périco. O economista também é colunista da revista, na qual publica artigos de opinião sobre questões do setor produtivo.

As edições publicadas desde 2009 registram os efeitos da crise financeira internacional e da pandemia de Covid-19, além das mudanças tecnológicas e dos debates sobre a reforma tributária. Para Marcio, esse material permite recuperar o contexto de diferentes períodos da economia regional, embora não substitua uma série estatística padronizada.

"A história econômica não é construída apenas pelos números, mas também pela capacidade de registrar, interpretar e compreender as transformações que esses números representam", resume Marcio.

Os dois economistas também apontam a importância de acompanhar a transição tributária e o avanço da inteligência artificial. Outra pauta é o desenvolvimento das chamadas "novas matrizes econômicas", como a bioeconomia, a biotecnologia e o aproveitamento sustentável da sociobiodiversidade. Essas atividades estão relacionadas à diversificação produtiva do estado e à modernização do PIM.

Comércio e serviços na economia amazonense

A relação da indústria com o comércio e os serviços também passou a integrar a cobertura da revista. O movimento das fábricas tem efeitos sobre empresas fornecedoras e sobre o emprego e a renda das famílias amazonenses.

Para José Roberto Tadros Junior, presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Amazonas, explicar indicadores de faturamento, tributação e em-



"Ao longo de suas 200 edições, a Revista PIM Amazônia contribuiu para dar visibilidade a essa relação, mostrando que o desenvolvimento industrial vai muito além das fábricas e alcança milhares de empresas e famílias amazonenses".

JOSÉ ROBERTO TADROS JUNIOR
presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Amazonas

prego em linguagem acessível ajuda a sociedade a acompanhar as decisões econômicas. Ele associa esse trabalho ao conceito de cidadania econômica, especialmente durante a implementação da reforma tributária.

"Ao longo de suas 200 edições, a Revista PIM Amazônia contribuiu para dar visibilidade a essa relação, mostrando que o desenvolvimento industrial vai muito além das fábricas e alcança milhares de empresas e famílias amazonenses. O fortalecimento de um setor impulsiona o crescimento dos demais e contribui para a sustentabilidade econômica do nosso estado", destaca Tadros.

Os dados apresentados pela Associação Comercial do Amazonas (ACA) mostram a dimensão do setor terciário no estado. A mais antiga entidade de classe em atividade no estado completou 155 anos e foi reconhecida em 2026 como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Amazonas. Segundo a associação, comércio e serviços lideram tanto a arrecadação de ICMS quanto o número de empregos formais.

Dados apresentados ao Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), referentes ao período de janeiro a julho de 2026, indicam que o comércio respondeu por 48,13% da arrecadação de ICMS e os serviços, por 8,20%. Juntos, representaram 56,3%, ante 43,70% da indústria. Os dois setores reuniam ainda 392.798 postos de trabalho, equivalentes a 68,3% dos vínculos com carteira assinada no Amazonas.

Para o presidente da ACA, Bruno Loureiro Pinheiro, a cobertura econômica ajuda empresários do comércio e dos serviços a identificar tendências e a planejar investimentos com maior conhecimento do cenário econômico.

"Precisamos compreender que a indústria não caminha sozinha. Existe toda uma cadeia econômica que envolve distribuição, transporte, comércio e prestação de serviços. Essa integração é fundamental para transformar a produção industrial em emprego, renda, consumo e desenvolvimento. O jornalismo econômico especializado fortalece essa conexão, mostrando a importância de cada setor para o crescimento do Amazonas", avalia Bruno.

A revista também passou a abordar outras atividades com potencial de desenvolvimento regional, entre elas o turismo. A Fecomércio-AM defende a expansão de um turismo estruturado, competitivo e sustentável como oportunidade para o empreendedorismo e a valorização do patrimônio natural e cultural da Amazônia Legal.

"O principal legado da Revista PIM Amazônia é dar visibilidade à força do setor produtivo amazonense e registrar sua evolução ao longo dos anos. Chegar à edição 200 representa continuidade, credibilidade e compromisso com a informa-

ção econômica", avaliou o presidente da ACA.

Circulação internacional

A criação da revista está ligada aos efeitos da crise financeira de 2008. Naquele ano, a agência de comunicação corporativa dirigida por Juarez Baldoino da Costa Filho, fundador da publicação, perdeu grande parte da carteira de clientes. Ele identificou, então, a falta de uma revista dedicada ao Polo Industrial de Manaus, a suas empresas, executivos e instituições.

A primeira edição circulou em 2009, ainda com o nome Revista PIM, referência ao Polo Industrial de Manaus. Em 2011, o projeto deu origem ao Anuário do Polo Industrial de Manaus.

A ampliação regional ocorreu em 2016, quando a revista foi escolhida pelo instituto Great Place to Work (GPTW) como veículo oficial do ranking das melhores empresas para trabalhar na Região Norte. A parceria aproximou a redação de companhias do Pará, Roraima, Rondônia e Acre e levou à incorporação da palavra Amazônia ao nome da publicação.

"A revista passou a se chamar PIM Amazônia exatamente porque deixou de falar apenas do Polo Industrial de Manaus para abordar a economia em geral de toda a região", relembra o fundador e então diretor-executivo.

Hoje, o trabalho reúne a revista impressa e digital, o Portal PIM Amazônia e o Norte Rural. A publicação também passou a circular recentemente na Guiana e em outros mercados internacionais.

Segundo Juarez Filho, os próximos passos incluem consolidar a presença editorial em São Paulo e Brasília, para ampliar a circulação das informações sobre os negócios e os debates econômicos da Amazônia no país.

"Completar a edição de número 200 é um momento muito especial. Começamos de forma local, nos tornamos regionais e agora circulamos em outros estados e também fora do Brasil para levar os acontecimentos, a economia e os negócios da região amazônica para todo o Brasil", projeta ele.

"A revista passou a se chamar PIM Amazônia exatamente porque deixou de falar apenas do Polo Industrial de Manaus para abordar a economia em geral de toda a região".

JUAREZ BALDOINO DA COSTA FILHO
CEO da PIM Amazônia



200 edições entre as transformações da indústria e os desafios de 2027

A PIM Amazônia ouviu economista e representantes do setor produtivo sobre competitividade, logística e reforma tributária

Por THALITA EDUARDA

Em 2009, quando a **Revista PIM Amazônia** começou a circular, a indústria amazonense enfrentava os efeitos da crise financeira internacional. Dezessete anos depois, a publicação chega à 200ª edição em outro período de mudanças, marcado pela transição tributária, pela modernização tecnológica e pelos desafios de competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM). Para revisitar essa trajetória e olhar para 2027, a revista ouviu uma economista e representantes do setor produtivo.

Para a economista Michele Lins Aracaty, professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), os desafios do próximo ano incluem restrições nas contas públicas, implementação da reforma tributária, instabilidade cambial, juros elevados, necessidade de investimentos em infraestrutura e eventos climáticos.

"A reforma tributária poderá ampliar a vantagem competitiva da ZFM e colocar o PIM em posição de destaque. No entanto, esse cenário exigirá das empresas uma profunda reestruturação operacional durante o período de transição", afirma.

Edições PIM Amazônia

Edição 01 - 2009



Edição 02 - 2009



Edição 21 - 2012



Edição 35 - 2013





Edição 45 - 2013



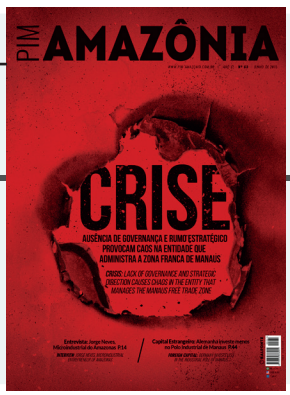
Edição 50 - 2014



Edição 59 - 2015



Edição 62 - 2015





Economia passou por mudanças nos últimos anos

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva considera que a competitividade do estado dependerá da combinação entre segurança jurídica, infraestrutura e inovação. “O estado necessita de medidas estruturantes para mitigar os impactos das estiagens severas sobre a navegabilidade dos rios, somadas à modernização portuária, à recuperação sustentável da BR-319 e ao reforço da conectividade energética e digital”, afirma.

Um dos principais pontos de atenção para 2027 é a reforma tributária. O modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), exigirá adaptações de empresas industriais e comerciais. O cronograma prevê 2026 como ano de testes, a substituição do PIS e da Cofins pela CBS em 2027 e a transição gradual do ICMS e do ISS para o IBS entre 2029 e 2032, com implementação integral em 2033.

O tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus (ZFM) foi preservado, mas a aplicação dos mecanismos tributários exigirá acompanhamento e adequações operacionais das empresas.

Segundo Silva, a transição vai demandar das indústrias instaladas em Manaus ampla readequação dos sistemas de conformidade fiscal, da precificação e da gestão financeira ao longo da cadeia de suprimentos. “Embora o texto constitucional e a regulamentação complementar preservem o tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus, a efetividade prática dessa garantia exigirá atenção contínua à calibração técnica das alíquotas de referência, a exemplo da CBS, e à fluidez dos mecanismos de apropriação e ressarcimento de créditos, evitando resíduos tributários ou assimetrias competitivas”, avalia.

Para ele, as empresas precisarão aliar a modernização da gestão tributária a um acompanhamento técnico-institucional prudente durante todo o cronograma de transição.

Entre crises e retomadas

A recuperação da crise fi-

Edição 70 - 2016



Edição 80 - 2016



Edição 82 - 2017



Edição 87 - 2017



LINHA DO TEMPO

2009
Crise financeira e nascimento da revista
A PIM Amazônia começa a circular. O emprego médio no polo cai de 106,7 mil trabalhadores, em 2008, para 93,8 mil em 2009.

2011
Eletromobilidade e concorrência
Manaus inicia a fabricação de bicicletas elétricas, enquanto mudanças nos incentivos à informática ampliam a pressão competitiva sobre a ZFM.

2013–2015
Integração energética
Manaus começa a ser conectada ao Sistema Interligado Nacional em 2013, com integração comercial plena em 2015.

2014
Incentivos prorrogados até 2073
A Emenda Constitucional nº 83 amplia a segurança jurídica para investimentos de longo prazo na ZFM.

2014
Copa impulsiona televisores
A produção de TVs de plasma cresce 89,16%, de aproximadamente 957 mil para 1,8 milhão de unidades.

2018
Crise dos concentrados
A redução do IPI afeta a competitividade do segmento. A PepsiCo confirma a saída de sua unidade de concentrados.

Nova Copa, maior produção
O evento na Rússia movimenta a fabricação de televisores, computadores portáteis e celulares.

2019
Incentivos à tecnologia
A Lei nº 13.969 atualiza mecanismos de incentivo à indústria de tecnologia e semicondutores.

2020
Indústria enfrenta a pandemia
Em meio à escassez de componentes e às dificuldades logísticas, o PIM fatura R$ 119,68 bilhões.

2020
Avanço da Indústria 4.0
Automação, robótica, inteligência artificial e IoT ganham espaço nas fábricas.

2023–2024
Secas afetam a logística
A baixa dos rios compromete o transporte de mercadorias e eleva os custos de abastecimento.

2025–2026
Recordes e eletromobilidade
O PIM fatura R$ 229 bilhões em 2025, com média de 131.680 trabalhadores. Em 2026, a produção de bicicletas elétricas cresce 94,7% de janeiro a outubro.





Indústria de Manaus deve fechar o ano com faturamento recorde

nanceira internacional, as mudanças na política industrial, a pandemia de Covid-19 e as secas históricas de 2023 e 2024 puseram à prova a capacidade de adaptação do setor produtivo desde 2009. No primeiro ano de circulação da revista, o Amazonas registrou Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 49,61 bilhões, 15ª posição entre as economias brasileiras.

Segundo Michele Lins Aracaty, aquele período foi marcado pelos efeitos da crise internacional e por medidas de estímulo ao consumo, que contribuíram para a recuperação da atividade industrial no segundo semestre. Ao analisar as mudanças desde então, a economista destaca a evolução tecnológica e a busca por novas matrizes produtivas.

"Nos últimos 18 anos, a economia amazonense passou por profundas transformações estruturais e tecnológicas. Nesse período, o estado deixou de se apoiar em um ciclo fortemente dependente da montagem tradicional de eletroeletrônicos e avançou para um modelo diversificado, voltado à inovação

Edição 100 - 2018



Edição 143 - 2022



Edição 145 - 2022



Edição 158 - 2023



digital, à segurança jurídica de longo prazo e à busca por novas matrizes econômicas estratégicas, como a bioeconomia, a pesquisa e desenvolvimento, a energia e a mineração", analisa.

A diversificação, porém, ainda depende de investimentos e da superação de gargalos estruturais. A economista ressalta que ampliar novas atividades exige melhorias na infraestrutura e no ambiente de negócios.

"Ao longo dos anos, temos construído uma base para novas matrizes produtivas, pautadas na bioeconomia e no agronegócio. Para avançar, porém, precisamos superar os gargalos de logística e infraestrutura, ampliar a atração de investimentos e melhorar o ambiente de negócios", afirma.

Na infraestrutura energética, Manaus começou a ser conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2013, o que reduziu gradualmente o isolamento elétrico da capital.

Em 2014, a prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus até 2073, pela Emenda Constitucional nº 83, trouxe maior previsibilidade ao setor. Para Antonio Silva, foi o marco institucional mais determinante do ciclo.

"Ao longo desse ciclo, o marco institucional mais determinante foi a prorrogação constitucional dos incentivos da Zona Franca de Manaus até 2073, por meio da Emenda Constitucional nº 83/2014, que restabeleceu a previsibilidade necessária para investimentos de maturação longa", destaca.

O dirigente também ressalta os avanços na infraestrutura e na política de inovação.

"No âmbito produtivo e infraestrutural, a conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e a atualização dos Processos Produtivos Básicos (PPBs) permitiram maior eficiência energética e adensamento tecnológico. Paralelamente, a consolidação das obrigações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Lei de Informática estruturou um ecossistema robusto de institutos de ciência e tecnologia na região, preparando a indústria local para enfrentar a transição mais complexa de sua história recente: a adaptação ao novo modelo tributário nacional", explica.

Em 2018, o polo de concentrados de refrigerantes passou por outro episódio de instabilidade. A redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicada ao setor, de 20% para 4%, provocou reação dos fabricantes instalados em Manaus. No fim daquele ano, a PepsiCo confirmou a saída da unidade de produção de concentrados do PIM.

No ano seguinte, a Lei nº 13.969/2019 atualizou a política industrial para os setores de tecnologias da informação e comunicação e de semicondutores, com mudanças nos mecanismos de incentivo e estímulo a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A lei também alterou dispositivos da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus.

Expansão e desafios

Nem todos os fatores que influenciaram a indústria vieram de crises ou de decisões governamentais. Grandes eventos esportivos também movimentaram a produção, sobre-

Edição 170 - 2024



Edição 171 - 2024



Edição 176 - 2024



Edição 179 - 2025



tudo no setor eletroeletrônico. A Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, impulsionou a procura por televisores e contribuiu para o aumento da produção no PIM.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a fabricação de TVs de plasma no polo cresceu 89,16%, de aproximadamente 957 mil unidades em 2013 para 1,8 milhão em 2014.

Se a Copa representou uma oportunidade de expansão, a pandemia de Covid-19, a partir de 2020, trouxe um dos maiores desafios operacionais da história recente. Restrições sanitárias, interrupções nas cadeias globais de suprimentos e dificuldades de transporte afetaram o abastecimento de componentes e matérias-primas. As fábricas reorganizaram turnos, adotaram protocolos de segurança e enfrentaram a escassez de insumos, especialmente semicondutores, além da alta nos fretes internacionais.

Apesar das dificuldades, o PIM registrou faturamento de R$ 119,68 bilhões em 2020, alta nominal de 14,39% em relação ao ano anterior. O segmento de bens de informática avançou 33,3%.

Antonio Silva avalia que a pandemia exigiu revisão das estratégias empresariais.

"A pandemia submeteu o parque industrial a um teste severo de resiliência, exigindo a implementação imediata de rígidos protocolos sanitários no chão de fábrica em meio a uma crise logística global marcada pela escassez de semicondutores e pela elevação abrupta dos fretes internacionais", afirma.

Da Indústria 4.0 à mobilidade elétrica

Em paralelo, o Polo Industrial de Manaus avançou na modernização dos processos produtivos. A incorporação de automação, robótica, inteligência artificial e ferramentas de monitoramento transformou setores como eletroeletrônicos, informática e duas rodas, que passaram a investir em tecnologias para ampliar a eficiência e a produtividade.

Segundo Antonio Silva, as empresas adotaram tecnologias da Indústria 4.0, como linhas robotizadas, internet das coisas (IoT) e inteligência artificial aplicada ao controle de qualidade e à manutenção preditiva. "Essa digitalização ponta a ponta reduziu perdas operacionais, flexibilizou o mix de produção em tempo real e manteve os indicadores de produtividade de Manaus alinhados aos padrões das matrizes globais", explica.

No segmento de duas rodas, a produção de bicicletas elétricas em Manaus começou em 2011, levando a eletromobilidade ao polo.

Dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) mostram o avanço do mercado. De janeiro a outubro de 2026, a produção de bicicletas elétricas cresceu 94,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Considerando o segmento de bicicletas como um todo, o PIM fabricou 315.162 unidades nos dez primeiros meses do ano, alta de 5,6%. Somente em outubro, foram 43.143 uni-



Edição 180 - 2025



Edição 183 - 2026



Edição 184 - 2026



Edição 186 - 2026

dades, crescimento de 51,5% na comparação anual.

Para Ronaldo Ribeiro, vice-presidente do segmento de bicicletas da Abraciclo, os resultados refletem a consolidação da eletromobilidade e o interesse dos consumidores.

"A eletromobilidade no setor de bicicletas está se consolidando rapidamente, impulsionada pelo interesse do consumidor e pelo compromisso da indústria em oferecer soluções mais sustentáveis e inovadoras para o mercado. Hoje, nossas associadas já oferecem 57 modelos ao mercado", afirma.

Indústria, comércio e economia local

A atividade industrial movimenta uma ampla cadeia de empregos, salários, fornecedores e serviços, com reflexos diretos sobre o comércio e a economia amazonense. Em 2025, o PIM alcançou média de 131.680 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados, e faturamento de R$ 227,67 bilhões, alta nominal de 11,02% em relação a 2024.

Para José Roberto Tadros Junior, presidente em exercício do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Amazonas, a geração de emprego e renda é o principal elo entre a indústria e o comércio.

"A indústria remunera trabalhadores e contrata fornecedores, transportadoras e serviços, colocando recursos em circulação na economia local. A estabilidade do emprego também influencia a disposição das famílias para assumir compras parceladas", explica.

O comércio também mudou com a digitalização das compras e dos pagamentos. As plataformas de venda ampliaram a concorrência, mas abriram novas possibilidades para que empresas locais alcançassem consumidores de outras regiões.

O comércio eletrônico brasileiro movimentou R$ 225 bilhões em 2024, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Na Região Norte, a participação foi de 3,4% nas compras e de 0,6% nas vendas eletrônicas.

2027: desafios e oportunidades

A logística continua entre as principais preocupações do setor produtivo. As secas recentes mostraram que a redução da navegabilidade dos rios pode comprometer o transporte de mercadorias, elevar custos e afetar as cadeias de abastecimento. Silva defende ainda que o conhecimento produzido pelas instituições de pesquisa e os recursos destinados à inovação sejam convertidos em novos vetores industriais, como bioeconomia tecnológica, fármacos, cosméticos e novos materiais.

No comércio, as oportunidades passam pela ampliação das vendas digitais, pelo fornecimento de produtos e serviços à indústria e por investimentos em armazenagem, distribuição e logística. A possível expansão de atividades ligadas à exploração de petróleo na Margem Equatorial pode abrir novas frentes de fornecimento e prestação de serviços, desde que atendidos os critérios de viabilidade econômica e as exigências ambientais.

Edição 191 - 2026



Edição 195 - 2026



Edição 197 - 2026



Edição 198 - 2026




RORAIMA
Alimentos
AMAZONAS
Equipamentos eletrônicos e ópticos
PARÁ
Extraç
minera
ACRE
Alimentos
RONDÔNIA
Alimentos
MATO GROSSO
Alimentos

O mapa da indústria na Amazônia

Enquanto Amazonas lidera a indústria de transformação, outros estados despontam com mineração e produção agrícola

Por JHEMISSON MARINHO



Um levantamento da **PIM Amazônia** sobre a economia regional mostra uma indústria com perfis diferentes, concentrada em poucos setores e com potencial e vocações distintas. Com R$ 201,9 bilhões em receita líquida de vendas das unidades locais industriais, o Amazonas responde sozinho por cerca de um terço do total registrado nos nove estados da Amazônia Legal. Enquanto o estado concentra a maior receita, a extração mineral e a produção de alimentos ganham protagonismo em outras partes da região.

Nos dados do IBGE de 2024, os mais recentes disponíveis, seis dos nove estados têm a fabricação de alimentos como principal divisão industrial entre as que apresentam receita líquida de vendas divulgada: Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Acre, Roraima e Amapá.

O Amazonas tem a maior receita líquida de vendas entre os nove estados, com destaque para equipamentos eletroeletrônicos, motocicletas e bebidas. Na Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, o estado registrou 1,3 mil unidades locais e mais de 127 mil pessoas ocupadas nas indústrias extrativa e de transformação. O recorte considera estabelecimentos de empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas.

Para Adjalma Nogueira Jaques, técnico do IBGE no Amazonas, a dimensão do parque industrial amazonense também aparece nos indicadores de emprego e remuneração.



DIVULGAÇÃO/HYDRO



AMAZONAS

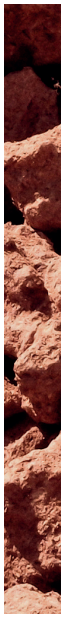
"A indústria amazonense combina volume de empregos com qualidade de renda. São 127,2 mil postos de trabalho e a maior remuneração média anual da Amazônia Legal, de R$ 54,8 mil, injetando quase R$ 7 bilhões em salários na economia", diz.

Na receita líquida de vendas das unidades locais industriais, o Amazonas aparece à frente do Pará, que vem com R$ 168, 53 bilhões, e de Mato Grosso, com R$ 138,92 bilhões.

"Faturar em média R$ 168 milhões por empresa, com a folha salarial representando apenas 3,46% da receita, demonstra um modelo industrial maduro, competitivo e pronto para atrair novos investimentos de capital intensivo", afirma Adjalma Jaques.

Concentrada no Polo Industrial de Manaus, a indústria de transformação amazonense mantém trajetória de crescimento, atraindo novos investimentos e projetando novos recordes de receitas.

Até o início de novembro, foram aprovados 277 projetos industriais pelo Conselho de


DIVULGAÇÃO/HYDRO



Trabalhador na mina de bauxita em Paragominas (PA)

Desenvolvimento do Amazonas (Codam), resultado que se aproxima do recorde de 320 projetos registrado em 2025.

Também em novembro, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) voltou a projetar um novo recorde no faturamento, com perspectiva de chegar à casa dos R$ 240 bilhões.



PARÁ

A força da mineração

No Pará, um dos principais produtos da mineração é a bauxita beneficiada, que somou 29,5 milhões de toneladas em 2024. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), o estado respondeu por 92,6% da produção brasileira naquele ano.

A bauxita é a matéria-prima da alumina, que dá origem ao alumínio, e ocupa o segundo lugar em volume físico extraído. O minério de ferro lidera.

A extração de Paragominas segue por um mineroduto, enquanto a da Mineração Rio do Norte, em Oriximiná, é transportada por via fluvial até a estrutura portuária de Vila do Conde, em Barcarena.

O município, que faz parte da região metropolitana de Be-



Minério de Bauxita



Nova planta de etanol de milho da FS em Mato Grosso tem financiamento do BNDES



MATO GROSSO

lém, abriga a Alunorte, controlada pela Norsk Hydro e considerada pela empresa a maior refinaria de alumina do mundo fora da China. Parte da alumina é exportada e outra parte abastece a Albras, também em Barcarena, que produz alumínio primário.

Em fevereiro de 2025, a Vale anunciou o Programa Novo Carajás, com previsão de R$ 70 bilhões em investimentos entre 2025 e 2030. O plano inclui manter e ampliar as operações de minério de ferro e aumentar a produção de cobre na região de Carajás.

Embora tenha uma presença expressiva da mineração, o Pará ocupa a segunda posição regional em receita líquida de vendas das unidades locais industriais, com R$ 168,53 bilhões em 2024, atrás do Amazonas, com R$ 201,90 bilhões.

Entre as divisões industriais paraenses com dados divulgados, a extração de minerais metálicos registrou R$ 94,14 bilhões em receita líquida de vendas. A fabricação de alimentos somou R$ 27,67 bilhões, e a metalurgia, R$ 25,73 bilhões.

No Amazonas, a maior divisão industrial em receita líquida

de vendas é a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, com R$ 70,92 bilhões. A fabricação de outros equipamentos de transporte, que inclui motocicletas, registrou R$ 35,47 bilhões.

Agroindústria

Em Mato Grosso, a fabricação de alimentos é a principal divisão industrial entre as que têm receita líquida de vendas divulgada pelo IBGE. O segmento somou R$ 73,52 bilhões em 2024, pouco mais da metade dos R$ 138,92 bilhões registrados no estado.

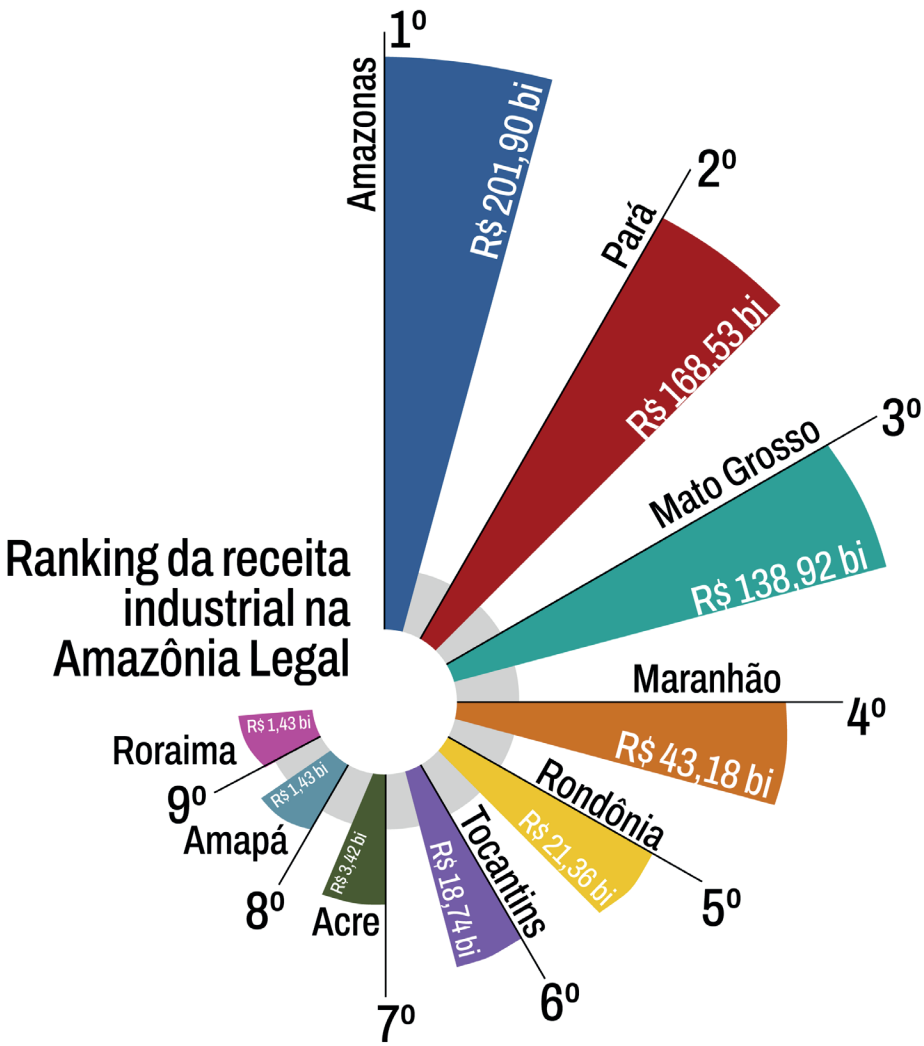
O estado também tem uma cadeia relevante de biocombustíveis, sobretudo etanol de milho. Na PIA, a divisão que reúne derivados de petróleo e biocombustíveis registrou R$ 21,51 bilhões em receita líquida de vendas.

A industrialização do milho já conta com unidades em municípios como Sinop e Nova Mutum. Nessas plantas, o grão é transformado em etanol e coprodutos usados em outras atividades, como ingredientes para alimentação animal e óleo de milho.



ACRE

DIVULGAÇÃO/FS





Área cultivada com soja em Roraima mais que triplicou em 8 anos

Em junho de 2026, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a aprovação de financiamento de R$ 500 milhões para a construção de uma planta de etanol de milho da FS em Campo Novo do Parecis. Segundo o banco, a unidade terá capacidade para processar até 1,2 milhão de toneladas de milho por ano e produzir até 540 milhões de litros de etanol.

A FS já opera outras três plantas no estado de Mato Grosso, em Lucas do Rio Verde, Sorriso e em Primavera do Leste. O custo do projeto de Campo Novo do Parecis é de R$ 2,07 bilhões e os recursos aprovados pelo Banco representam 24,2% do total.

A localidade das operações da FS é estratégica, tendo em vista que as plantas estão em uma das regiões de maior crescimento e produção mundial de milho de segunda safra. Segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), no ano agrícola de 2022-2023, o estado de Mato Grosso foi responsável por 38,6% da produção de milho do Brasil.

Mato Grosso tem o maior número de unidades locais industriais entre os nove estados analisados: 3.914, segundo a PIA 2024. Uma dessas unidades é Dual Duarte Albuquerque Comércio e Indústria Ltda, em Pedra Preta, que recebeu financiamentos de R$ 356 milhões para a implantação de uma fábrica pioneira de farelo de caroço de algodão para alimen-



Em Roraima, 40% da soja já é beneficiada no próprio Estado

tação animal, com teor de proteína maior do que 60% e baixo teor de gossipol — composto natural encontrado na planta.

De acordo com previsão da Dual, a nova fábrica destinará mais de 50% dessa produção à exportação, sendo essa a primeira vez que o Brasil exportará um concentrado proteico à base de algodão com mais de 60% de proteína.

Em Rondônia, a fabricação de alimentos também lidera entre as divisões com receita líquida de vendas divulgada, com R$ 15,48 bilhões. No conjunto das unidades locais industriais, o estado registrou R$ 21,17 bilhões em 2024.

O Tocantins tem perfil semelhante: a fabricação de alimentos respondeu por R$ 13,93 bilhões dos R$ 18,74 bilhões de receita líquida de vendas registrados no estado. Entre as demais atividades com dados divulgados aparecem a fabricação de produtos de minerais não metálicos e de produtos químicos. Nos dois estados, os resultados agregados da PIA não permitem apontar quais produtos respondem pela maior parte desses valores.

Roraima

Em Roraima, a produção de alimentos é a principal divisão industrial entre as que têm receita divulgada, com R$ 826,4



RORAIMA

milhões em 2024. O estado registrou R$ 1,13 bilhão em receita líquida de vendas, com 200 unidades locais industriais e 3.824 pessoas ocupadas na PIA daquele ano.

Segundo Murilo Ferrari, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Roraima (Aprosoja-RR), a área cultivada com soja passou de 40 mil para aproximadamente 140 mil hectares em oito anos. Atualmente, a entidade contabiliza 206 produtores.

A industrialização de parte da produção é um dos avanços destacados pelo dirigente. Segundo ele, cerca de 60% da soja comercializada é vendida in natura, e os outros 40% passam por beneficiamento.

Um exemplo é a Agroindustrial Serra Verde, instalada em Boa Vista, que produz óleo de soja e farelo para alimentação animal. Ferrari afirma que o óleo produzido no estado chega a mercados como Venezuela, Guiana e Amazonas, enquanto o farelo também é vendido para o Equador.



Algumas economias buscam d



RONDÔNIA

O crescimento da atividade agrícola, porém, enfrentou dificuldades em 2026. A estiagem antecipada, associada pelo setor produtivo ao fenômeno El Niño, provocou queda de aproximadamente 42% na safra da soja em relação ao ano anterior, segundo a Aprosoja-RR.

As chuvas, que normalmente se encerram em agosto, cessaram entre o fim de junho e o começo de julho, de acordo com Ferrari. A falta de água atingiu as lavouras durante o desenvolvimento dos grãos.

A associação estima que os prejuízos da estiagem possam chegar a R$ 2 bilhões e aponta que muitos produtores enfrentam dificuldades para honrar compromissos financeiros e podem precisar renegociar dívidas.

"Para o produtor do campo, o acesso ao crédito mais barato, os investimentos em irrigação e a ampliação do seguro rural são três pontos fundamentais nesse momento. Destes, o principal é o seguro. É preciso haver um



ampliar a transformação de matérias-primas

estímulo, como um prêmio mais barato para todo mundo acessar", afirma Ferrari.

Outras cadeias produtivas

No Acre, a fabricação de alimentos registrou R$ 2,98 bilhões em receita líquida de vendas em 2024, diante de um total estadual de R$ 3,42 bilhões. A fabricação de produtos de madeira aparece entre as demais divisões industriais com valores divulgados.

No Amapá, a fabricação de alimentos alcançou R$ 437,4 milhões em receita líquida de vendas. No conjunto das unidades locais industriais, o estado registrou R$ 1,43 bilhão em 2024.

Os dois estados têm indústrias menores em valores absolutos. A PIA mede o processamento industrial e não inclui a produção primária de matérias-primas.

Celulose no Maranhão

No Maranhão, a metalurgia é a maior divisão industrial com receita líquida de vendas divulgada na PIA 2024, com R$ 13,69 bilhões. No total, o estado registrou R$ 43,18 bilhões. O Maranhão também abriga uma operação de grande escala na fabricação de celulose, cujos valores não estão disponíveis no mesmo detalhamento estatístico. Os dados da PIA se referem ao estado inteiro, e só parte do Maranhão integra a Amazônia Legal.

Na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Bacabeira, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação aprovou, em agosto de 2026, três projetos com investimentos previstos de R$ 23,2 bilhões.

As propostas abrangem etanol de segunda geração e bioprodutos a partir de bambu, hidrogênio verde associado a e-metanol e ferro-esponja produzido com energia renovável. São investimentos anunciados em projetos aprovados, ainda sem produção.



TOCANTINS



MARANHÃO



AMAPÁ



Marca japonesa demonstra confiança no modelo industrial de Manaus

Como a Honda planeja, sozinha, produzir mais de 2 milhões de motos por ano

Com investimentos de R$ 3,3 bilhões em Manaus, japonesa pretende alcançar em 2029 uma capacidade acima dos 2,1 milhões projetados para toda a indústria em 2026

Da REDAÇÃO

A Honda anunciou, no início de novembro, um investimento adicional de R$ 3,3 bilhões para ampliar sua fábrica de Manaus e alcançar capacidade de produção de 2,3 milhões de motocicletas por ano em 2029.

A dimensão do projeto pode ser observada na comparação com a projeção para toda a indústria brasileira de motocicletas pra 2026. Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), as fabricantes instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) produzirão, juntas, 2,1 milhões de unidades.

A comparação reúne indicadores de natureza diferente. Enquanto a projeção da Abraciclo corresponde ao volume que as fabricantes deverão efetivamente produzir em 2026, a meta da Honda representa a capacidade anual que a empresa pretende instalar até 2029. Ainda assim, os números mostram a dimensão da expansão planejada pela maior fabricante de motocicletas do país – o maior fabricante mundial fora do eixo asiático.

Anunciado durante as comemorações dos 50 anos de produção da Honda no Brasil, o novo aporte será realizado entre 2026 e 2030. Segundo a companhia, os R$ 3,3 bilhões são adicionais aos R$ 1,6 bilhão anunciados em outubro de 2025, quando a meta era ampliar a capacidade da unidade amazonense para 1,6 milhão de motocicletas por ano.

O novo projeto prevê a construção de duas unidades produtivas dentro do complexo industrial de Manaus, cada uma com sua própria linha de montagem e processos de fabricação complementares.

Atualmente, a fábrica opera quatro linhas de montagem distribuídas em duas unidades produtivas. A ampliação também deverá gerar 2 mil empregos diretos, segundo a empresa.

Produção se aproxima de recorde

A decisão da Honda ocorre durante um período de expansão da indústria nacional de motocicletas. Segundo a Abraciclo, as fabricantes instaladas em Manaus produziram 1.980.538 unidades em 2025, um crescimento de 13,3% em relação a 2024. O resultado foi o terceiro maior da história do setor e o melhor desde 2011.

Para 2026, a associação revisou sua projeção de produção de 2,07 milhões para 2,1 milhões de motocicletas, volume 6% superior ao registrado em 2025. A estimativa considera as empresas associadas à entidade, cuja produção está concentrada em Manaus.

Nos dez primeiros meses de 2026, essas fabricantes produziram 1.830.098 motocicletas, aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a Abraci-

1,98 mi

Unidades produzidas em Manaus em 2025.

HONDA EM MANAUS

Expansão mira capacidade de 2,3 milhões de motos por ano em 2029



33 milhões
de motocicletas fabricadas no Brasil, marca alcançada em setembro de 2026



19 países
Exportação

Produção interna de componentes: **chassis, rodas, assentos e motores**

9,2 mil
trabalhadores diretos

+2 mil
empregos previstos com a expansão



Fabricante é líder no mercado brasileiro

clo, foi o maior volume para o intervalo de janeiro a outubro desde 2011.

A associação também elevou suas expectativas para o mercado interno. A projeção passou a ser de 2,35 milhões de motocicletas emplacadas em 2026, ante previsão anterior de 2,3 milhões. Para as exportações, a estimativa foi revista de 45 mil para 48 mil unidades.

Os números de produção e emplacamento representam indicadores distintos. O primeiro contabiliza as motocicletas fabricadas, enquanto o segundo corresponde aos veículos registrados no mercado brasileiro. Por isso, os volumes não devem ser utilizados como medidas equivalentes da atividade industrial.

Como será a expansão da Honda

A fábrica de Manaus concentra toda a produção de motocicletas Honda no Brasil. Atualmente, segundo a fabricante, são produzidas 7,2 mil unidades por dia útil, distribuídas em 20 modelos com cilindradas entre 110 e 1.100 cc.

A operação atende ao mercado nacional e exporta para 19 países, entre eles Estados Unidos, Austrália e México.

No Brasil, a empresa mantém mais de 1.200 pontos de venda e uma cadeia de fornecimento com mais de 120 fornecedores diretos.

O projeto anunciado em novembro ampliará a estrutura

de fabricação do complexo industrial, que já reúne diferentes etapas produtivas. Segundo a Honda, a unidade de Manaus é a operação de motocicletas mais verticalizada do grupo no mundo, com fabricação interna de componentes como chassis, rodas, assentos e motores.

A concentração dessas atividades significa que a fábrica realiza processos industriais anteriores à montagem final das motocicletas. O complexo também dispõe de um Centro de Desenvolvimento e Tecnologia, responsável por atividades de engenharia de produtos, processos e manufatura.

A fabricante ainda não detalhou publicamente o cronograma individual de entrada em funcionamento das duas novas unidades. O compromisso divulgado estabelece a meta de capacidade em 2029, dentro do programa de investimentos previsto para o período de 2026 a 2030.

Empregos e cadeia produtiva

A expansão também terá efeitos sobre a estrutura de empregos da companhia em Manaus. Atualmente, a Moto Honda da Amazônia possui 9,2 mil trabalhadores diretos, segundo o balanço divulgado pela fabricante em novembro.

O novo projeto prevê a abertura de outros 2 mil postos de trabalho, vinculados ao aumento da capacidade produtiva. A empresa não detalhou, no comunicado, o calendário das contratações nem a distribuição das novas vagas entre as unidades que serão construídas.

A relevância da operação amazonense também está associada ao seu volume acumulado de produção. Em setembro de 2026, a Honda alcançou a marca de 33 milhões de motocicletas fabricadas no Brasil desde o início das atividades da unidade de Manaus, em 1976.

33 milhões

Motocicletas fabricadas em setembro no Brasil.



Em Manaus, Honda conta com a fábrica mais verticalizada do grupo no mundo

O desafio de liderar sem criar dependência nas organizações

Em livro de estreia, Olegário Borges Junior propõe um modelo de gestão baseado na formação de equipes menos dependentes de figuras centrais

Da REDAÇÃO

O líder que se coloca no centro da gestão interna como uma figura heroica cria dependência. Essa é a tese de Olegário Borges Junior em Liderança Sustentável, livro de estreia lançado em agosto pela editora Epígrafe. . Na obra, o fundador e CEO do Grupo Hunt defende a construção de organizações capazes de funcionar e evoluir com equipes que atuem de forma autônoma, dentro de limites e responsabilidades claramente definidos.

"Existe uma interface externa, aquela que lida com o cliente e o distribuidor, por exemplo, e existe uma interface interna nas organizações. O líder deve deixar de ser o centro exatamente nessa área interna para não criar dependência, para que a equipe execute o que tem que ser executado de forma autônoma", explica Olegário.

"Essa maturidade tem a ver com a formação que o gestor faz. Ele conversa com as pessoas, faz treinamentos, dá retornos e diz onde quer chegar. Ninguém nasce pronto".

OLEGÁRIO BORGES JUNIOR



Empresário, engenheiro e mestre em Administração, Olegário destaca que esse tipo de liderança dá aos executivos mais liberdade para interagir com as partes externas. Chegar a esse ponto exige estruturar processos, formar pessoas e criar equipes que preservem valores diante de mudanças e crises.

Esse processo, segundo o autor, está ligado à maturidade organizacional, um conceito que não está necessariamente relacionado à idade da empresa ou ao tempo de experiência dos profissionais.

"Essa maturidade tem a ver com a formação que o gestor faz. Ele conversa com as pessoas, faz treinamentos, dá retornos e diz onde quer chegar. Ninguém nasce pronto", afirma.

Formar uma equipe capaz de assumir responsabilidades exige treinamentos e avaliações de resultados, sem ficar "cobrando toda hora", como diz o autor. Mas também depende da disposição dos profissionais para aceitar novos desafios.

"O pré-requisito é a pessoa querer. E se você garimpar, tem gente que quer crescer. A partir daí, o líder precisa conversar e dar uma perspectiva para a pessoa não somente em termos de propósito, mas de desenvolvimento pessoal e organizacional", diz.

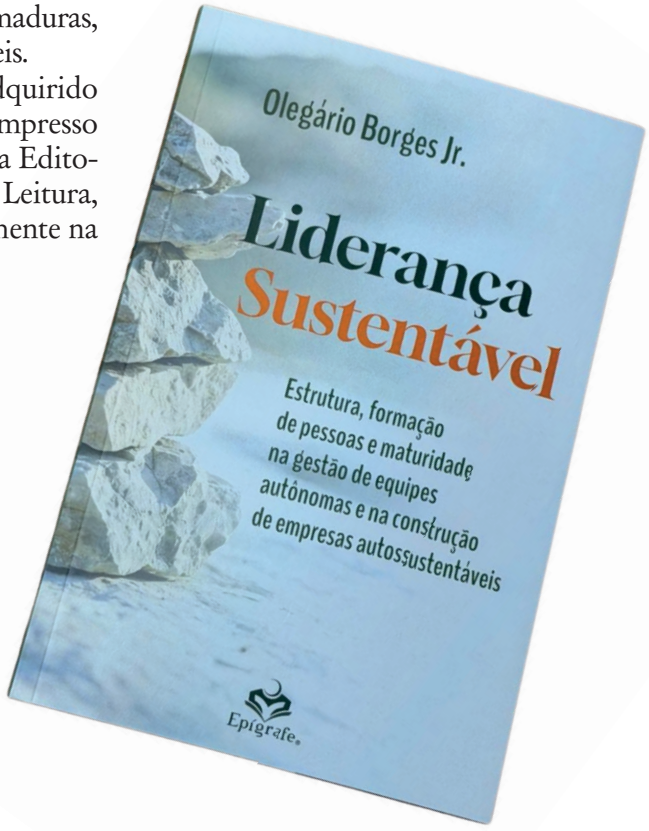
A proposta de liderança sustentável também se relaciona com a preparação de novas lideranças, a sucessão empresarial e a longevidade dos negócios. Nessa perspectiva, o sucesso de um líder não se mede apenas pelos resultados alcançados durante sua gestão, mas também pela capacidade da organização de manter esses resultados e continuar evoluindo na sua ausência.

A obra

Com uma abordagem que combina fundamentos de gestão e experiência prática empresarial, Liderança Sustentável é um convite aos líderes que desejam construir organizações capazes de funcionar, crescer e preservar seus valores para além da presença de uma única pessoa.

A obra de 204 páginas é direcionada a empresários, executivos, gestores e profissionais que desejam superar o modelo de liderança centralizadora e desenvolver equipes mais maduras, autônomas e responsáveis.

O livro pode ser adquirido em formato digital e impresso pela Amazon, no site da Editora Epígrafe, na Livraria Leitura, em Manaus, ou diretamente na sede do Grupo Hunt.



Reforma tributária: os riscos que vão além das alíquotas

Gustavo Vaz Faviero, advogado tributarista, explica como as novas regras de créditos, pagamentos e contratos podem afetar o caixa das empresas a partir de 2027

POR **WILSON PÉRICO**

Na coluna **O Especialista Responde,** o economista Wilson Périco conversa com Gustavo Vaz Faviero, advogado, mestre em Direito Tributário pela FGV-SP e sócio do AMFF Advogados, sobre os desafios que a reforma tributária impõe ao planejamento empresarial para 2027.

A indefinição da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) é apenas uma das preocupações. Segundo o especialista, os mecanismos de aproveitamento de créditos, as mudanças na cobrança dos tributos e a revisão de contratos podem afetar diretamente o fluxo de caixa das empresas. A entrevista também aborda o Imposto Seletivo e os cuidados necessários durante a transição para o novo sistema.

Wilson Périco: Empresas estão fechando o planejamento de 2027 sem saber qual será o valor exato da alíquota da CBS. A discussão foca muito na alíquota padrão divulgada pelo governo, mas, na prática, existem "pontos cegos" que podem fazer a carga tributária efetiva de uma empresa ser muito maior do que o esperado?

Gustavo Vaz Faviero: Essa é a principal dor de cabeça hoje, já que há uma incerteza sobre o que será tributado, em qual alíquota e como funcionará a sistemática dos créditos. O grande perigo é achar que a alíquota anunciada é o custo real. O maior ponto cego está na cadeia de créditos e no aproveitamento dos saldos acumulados: se a empresa não tiver uma gestão impecável disso, a carga pode sufocar a operação. Há uma dúvida gigantesca sobre como a não cumulatividade vai funcionar de fato e qual será o real impacto no fluxo de caixa.

WP: Contratos firmados sob as regras antigas correm risco de desequilíbrio financeiro com a transição. Do ponto de vista jurídico, o que as empresas devem fazer para se proteger?

GF: Contratos longos foram calculados com base em regras que vão deixar de existir, e a legislação ainda não deixa claro como será o reequilíbrio automático. A orientação é revisar e renegociar preventivamente, inserindo cláusulas claras de revisão de preços ligadas à variação real da carga tributária. Esperar a virada para discutir isso é pedir para assumir um prejuízo difícil de reverter.

WP: Mais do que a porcentagem do imposto, a mecânica de cobrança vai mudar radicalmente (como no Split Payment e no RAD). Como isso vai funcionar?

GF: Houve uma inversão completa na lógica tributária. Antes, o direito ao crédito não dependia de o fornecedor ter

efetivamente pago o imposto. Agora, a ordem mudou: primeiro se paga, depois se credita. Na teoria, a ideia parece simples: no momento em que o cliente paga uma compra, o sistema financeiro separa automaticamente o valor do imposto — que vai direto para o governo — e deposita apenas o valor líquido na conta da empresa (o Split Payment). Já no RAD (Recolhimento pelo Adquirente), o próprio comprador paga o imposto destacado na nota fiscal para garantir o crédito imediato, enquanto o fornecedor faz sua apuração depois para compensar ou pedir restituição de eventuais saldos. O problema é que, na prática, isso acaba com o capital de giro que muitas empresas usavam no intervalo entre a venda e o vencimento da guia. Além disso, há uma dúvida enorme sobre o funcionamento técnico dessa engenharia: se houver qualquer falha de integração entre o banco, o emissor da nota e o sistema do Fisco, a empresa corre o risco de ter o caixa retido na hora ou enfrentar uma burocracia gigantesca para recuperar valores pagos a maior.

WP: O uso do RAD é facultativo para as empresas? Essa escolha depende só do comprador?

GF: Sim, pela lei, essa é uma faculdade exclusiva do comprador (adquirente), que pode optar por recolher o imposto diretamente para garantir o crédito imediato quando a operação não passa pelo Split Payment automático. O fornecedor não pode impedir essa escolha perante o Fisco, mas é aí que mora o perigo comercial e financeiro. Na prática, se o comprador decide usar o RAD para proteger o próprio crédito, ele precisa descontar esse valor do pagamento feito ao fornecedor — o que, se não estiver muito bem combinado e previsto em contrato, vai gerar uma enxurrada de disputas comerciais, bloqueio de entregas e atritos no relacionamento da cadeia.

WP: O governo publicou recentemente a MP 1.399/2026 com as alíquotas do Imposto Seletivo para 2027. A publicação desse texto finalmente trouxe segurança para o planejamento das empresas?

GF: Pelo contrário, a insegurança continua. Existe um temor concreto de desvio de finalidade: em vez de funcionar apenas para desestimular o consumo de itens específicos, o tributo pode virar uma ferramenta puramente arrecadatória para cobrir buracos do orçamento, compensando perdas de arrecadação da União com IPI. Além disso, o "imposto do pecado" incide na origem (fabricação/importação) e integra a base de cálculo de outros tributos (como ICMS, ISS e até do próprio IBS/CBS), gerando o temido efeito "imposto sobre imposto" e encarecendo insumos intermediários.

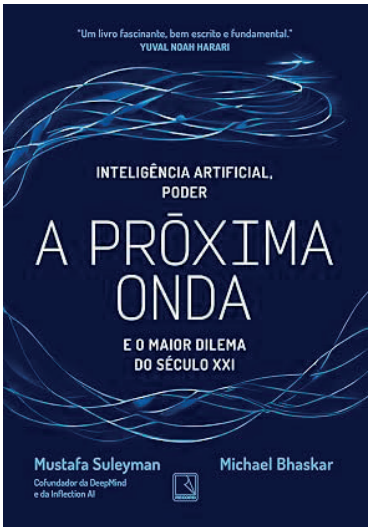


Wilson Périco, economista e membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)

WP: Faltando pouco tempo para a virada de chave do novo sistema, qual deve ser a prioridade absoluta no planejamento tributário das empresas nos próximos meses?

GF: A prioridade é fazer um diagnóstico profundo do próprio fluxo de caixa e da cadeia de insumos, sem ficar esperando o governo publicar a última portaria. Como ainda há muitas lacunas, a empresa precisa mapear onde estão seus gargalos de crédito e o quanto seu sistema interno aguenta de pressão. Quem adotar a postura de "esperar para ver" vai ser atropelado.

ALERTA URGENTE SOBRE OS RISCOS QUE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OUTRAS TECNOLOGIAS EM RÁPIDO DESENVOLVIMENTO REPRESENTAM PARA O MUNDO



A próxima onda: Inteligência artificial, poder e o maior dilema do século XXI
Mustafa Suleyman e Michael Bhaskar
Record Editora
420 páginas

Em breve o mundo estará cercado por inteligência artificial. As IAs organizarão rotinas, operarão negócios e ficarão responsáveis pelos principais serviços públicos. A humanidade passará a viver em um mundo de impressoras de DNA, computadores quânticos, patógenos artificialmente criados, armas autônomas, assistentes robôs e energia abundante.

Mas ninguém está preparado.

À medida que governos frágeis seguem no escuro em direção à catástrofe, o ser humano encara um dilema existencial: de um lado, males sem precedentes que podem emergir do surgimento incontrolável de novas tecnologias e possibilidades; de outro, a ameaça de uma supervigilância autoritária. Seria possível encontrar um meio-termo entre a catástrofe e a distopia?

Em A próxima onda , Mustafa Suleyman, cofundador da DeepMind, uma das principais empresas de inteligência artificial, explicíta o que as IAs representam para a próxima década, e como essas forças criarão imensa prosperidade, mas também podem colocar em risco os Estados nacionais, ou seja, a base da ordem global.

Sobre os autores

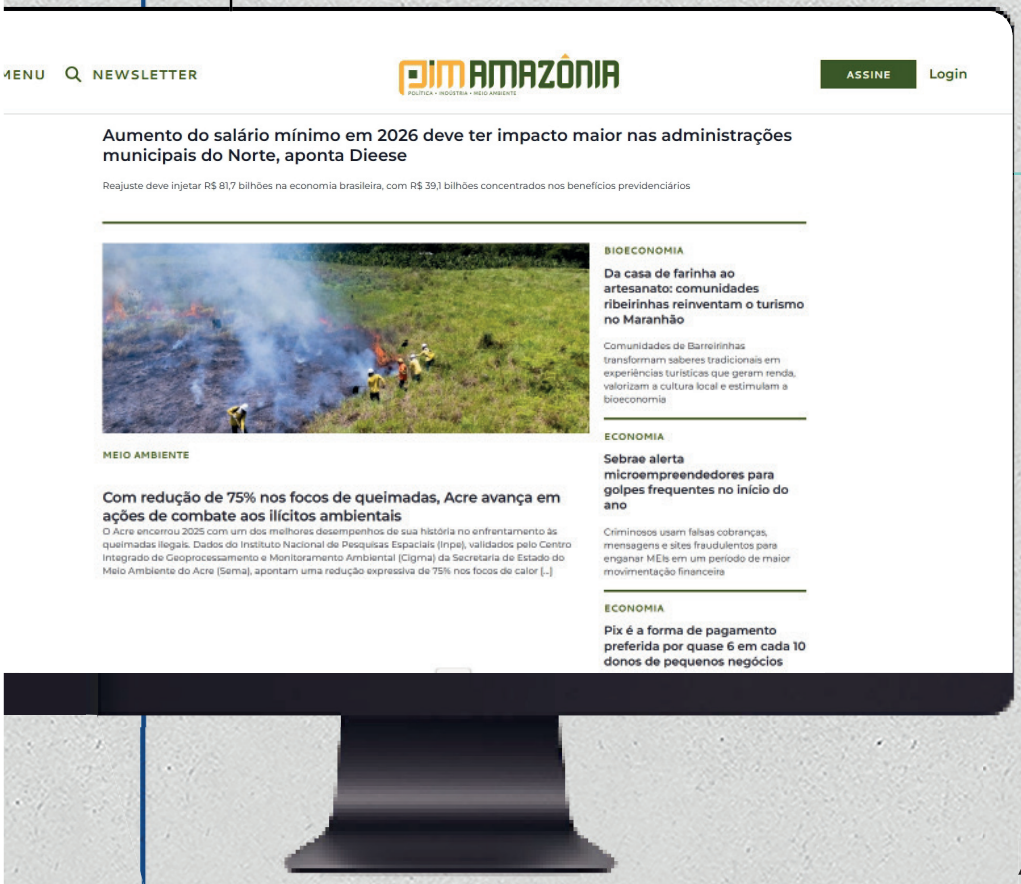
Mustafa Suleyman é cofundador e CEO da Inflection AI e um venture partner na Greylock, uma empresa de capital de risco. Foi cofundador da DeepMind, uma das principais empresas de inteligência artificial, e vice-presidente de gestão de produtos e políticas de IA no Google.

Michael Bhaskar é escritor, editor, cofundador da editora britânica Canelo e autor de Curadoria , The Content Machine e Human Frontiers . Seus livros foram traduzidos para nove idiomas.

Acompanhe o Site da **PIM Amazônia**

Mundanças movem a economia.
Há 15 anos a PIM vem evoluindo para levar informação de qualidade a você.

REPORTAGENS EXCLUSIVAS





ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

Cadastre-se e receba nossas newsletters gratuitas

Acompanhe nossas redes sociais

Casa das Correias CDC

Tudo em um só Lugar!



- Elétrica
- Tintas
- Casa&UD
- Mangueiras
- Proteção
- Ferramentas
- Máquinas
- Construção
- Marcenaria
- Correias
- Limpeza
- Navegação

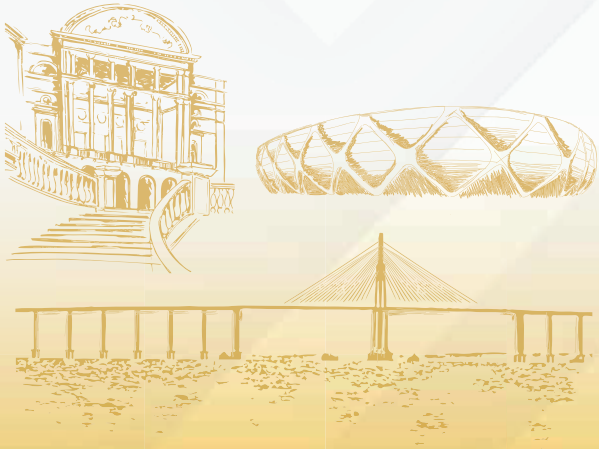
+60 MIL ITENS

45 ANOS DE HISTÓRIA

MAIOR MIX DE PRODUTOS DA CIDADE

VALORES

- Inovação
- Competência
- Respeito
- Agilidade
- Transparência
- Compromisso Social





JAPIIM | C. NOVA | CENTRO | PARQUE 10